

Elementos para uma teoria marxista das relações internacionais na obra de Domenico Losurdo

DIEGO PAUTASSO*

Introdução

Nascido em Sannicandro di Bari, na região de Puglia, sul da Itália, em 1941, Domenico Losurdo é pesquisador e professor de Filosofia Política na Universidade de Urbino, no mesmo país, além de presidente (desde 1988) da Internationale Gesellschaft Hegel-Marx für dialektisches Denken e membro do Comitato Scientifico dall'Istituto Italiano per gli Studi Filosofici.¹ Embora seja considerado um dos mais importantes pensadores marxistas da atualidade e possua vasta obra com temas relacionados às questões internacionais, o escritor italiano não tem sido devidamente considerado pelo campo das relações internacionais, em especial no Brasil.

O presente artigo tem por objetivo mostrar a importância de incorporar as reflexões de Losurdo à agenda das relações internacionais (RI), sobretudo às escolas de pensamento crítico. O argumento central é que tanto a originalidade de sua perspectiva crítica de temas ligados a assuntos internacionais quanto sua metodologia

* Professor de Relações Internacionais da ESPM Sul e da Unisinos. E-mail: dpautasso@espm.br. O autor agradece à leitura de Leonardo Ramos (PUC-MG).

1 Cabe destacar ainda, entre outras, a atuação como codiretor da revista *Topos. Internationale Beiträge zur dialektischen Philosophie*; como membro da Leibniz Sozietät (fundada em 1700 como Brandenburgische Sozietät der Wissenschaften); como membro do Comitato Scientifico das revistas *Archives de Philosophie e Dialektik*; como membro do Advisory Board da *Historical Materialism* Colaborou com a *Enciclopedia multimediale delle Scienze Filosofiche*, promovida pelo Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, da RAI, Dipartimento Scuola Educazione, e pelo Istituto dell'Enciclopedia Italiana. Agradeço as informações fornecidas por Giulio Gerosa, editor do site de Domenico Losurdo no Brasil: <http://domicoloturdoinfobrasil.blogspot.com.br>.

voltada aos textos originais/clássicos e à abordagem histórica são cruciais para o campo das RI. Não se trata, pois, nem de criticar nem de reverenciar a obra de Losurdo, mas de levantar suas principais contribuições para a compreensão dos assuntos internacionais – uma área tradicionalmente dominada por abordagens acríticas (realismo e liberalismo) de origens anglo-saxônicas forjadas, em grande medida, nos países centrais. Infelizmente, foge ao escopo do artigo problematizar a própria obra do autor, situar a sua evolução e debate, bem como suas influências. E, por essa razão, algumas obras de grande fôlego e importância, como a biografia histórica de Nietzsche, recebem apenas uma rápida menção.

Para tanto, na primeira seção deste artigo, é exposta uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento das teorias crítico-marxistas. O objetivo não é reconstruir todo esse extenso debate, com suas várias correntes e publicações em RI, mas evidenciar a falta das contribuições de Losurdo. É nesse sentido que vale destacar os livros introdutórios de teoria e o conhecimento pessoal das grades curriculares de importantes cursos na área. Assim, nas outras seções, concentramos a abordagem do autor italiano em três grandes áreas fundamentais à compreensão de temas internacionais contemporâneos: primeiro, a análise crítica do liberalismo a partir de seus pensadores clássicos e atuais; segundo, o debate acerca do imperialismo e de seus desdobramentos sobre a política internacional; e, por fim, o lugar das experiências socialistas e do pensamento crítico na atualidade. Desse modo, este trabalho visa fortalecer o debate teórico entre acadêmicos da área de RI e, ao mesmo tempo, renovar a reflexão acadêmica marxista acerca das questões internacionais.

Panorama das contribuições às teorias críticas

As teorias críticas envolvem, de uma forma geral, um conjunto amplo de perspectivas, conceitos e autores nas RI. Aquelas tributárias do marxismo tiveram uma contribuição tardia e, posteriormente, um desenvolvimento modesto e incerto. Esse quadro é reflexo de uma série de fatores, decorrentes do próprio colapso do campo soviético, mas também da proliferação das correntes pós-estruturalistas nas ciências humanas e/ou do predomínio das correntes realistas e liberais nas RI. Ademais, nos países periféricos, como é o caso do Brasil, é comum tanto replicar as teorias da área de RI produzidas nos principais centros (EUA e Inglaterra) quanto reproduzir o discurso oficial de sua diplomacia.

Segundo Halliday, o marxismo passou a ter uma contribuição tardia nas RI, somente a partir dos anos 1970 com as obras de Miklos Molnar, Vendulka Kurbalkova e Andrew Cruickshank, Tony Thorndike, Stephen Gill, Robert Cox, entre outros. Com efeito, tal abordagem ficou à margem dos dois primeiros “grandes debates” (utópicos x realistas e tradicionalistas x positivistas) ocorridos após a Primeira Grande Guerra, quando da conformação desse campo do conhecimento. Além do ingresso tardio, o marxismo teria se apartado dessa disciplina mais do que das outras áreas das ciências humanas (Halliday, 1999).

A influência dessas teorias críticas remonta aos clássicos do pensamento marxista (Marx, Engels, Lenin e Gramsci) e a outros autores e correntes neomarxistas que se dedicaram a analisar assuntos internacionais. São os casos, por exemplo, da teoria da dependência, cujos principais expoentes são Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que trabalharam em cima dos teóricos do imperialismo (Lenin, Rosa Luxemburgo, Hilferding); das análises baseadas no sistema-mundo, com Gunder Frank, Samir Amim e Immanuel Wallerstein (Santos, 2000, p.55); e ainda da Escola de Frankfurt através de Grunberg, Hokenheimer, Adorno, Benjamin e Marcuse.

Contudo, os principais teóricos críticos das RI são Robert Cox, Stephen Gill e Fred Halliday.² Cox desenvolveu um sistema teórico-metodológico complexo, em que são consideradas, de um lado, as estruturas históricas a partir 1) das forças sociais, 2) da natureza do Estado e 3) das ordens mundiais; e, de outro, as categorias de forças que interagem com a estrutura, como 1) as capacidades materiais, 2) as ideias e 3) as instituições (Cox, 1986). A interação entre as forças cria mecanismos universais (regras formais e informais) que contribuem na sustentação da estabilidade sistêmica, pois corporificam os ordenamentos mundiais vinculadas às estruturas políticas de Estados dominantes (Cox, 2007, p.118-19). Assim como Cox, Gill também se dedicou a desenvolver a tradição gramsciana em seus trabalhos. Duas das suas principais publicações estão voltadas ao esforço epistemológico em produzir um marco teórico crítico nas RI. Há tanto a crítica ao positivismo, à economia política e ao que chama de marxismo vulgar quanto o esforço para desenvolver conceitos como hegemonia, transformação histórica, imperialismo, globalização, poder do capital, entre outros, aplicados à atualidade dos temas internacionais (Gill, 2007, 2008). Halliday, embora também tenha se preocupado com o desenvolvimento teórico na área (Halliday, 1999), foi quem mais desenvolveu trabalhos empíricos de inspiração marxista, dos mais variados temas de política internacional, embora com clara ênfase no Oriente Médio (Halliday, 2005).

Já no Brasil, a produção de RI baseada na abordagem crítico-marxista ainda é modesta. Destaca-se o pioneiro e criativo artigo de Luís Fernandes que buscou o “elo perdido” dos estudos internacionais no *Manifesto comunista*, de Marx e Engels. Segundo o autor, a chave teórica crucial fornecida pela obra para a compreensão do sistema internacional moderno está inscrita no *Manifesto* através da articulação contraditória entre processos *transnacionais* (integração global de mercados) e *internacionais* (globalização da forma política do Estado soberano). Isto é, a configuração contemporânea do mundo reproduz esta “dialética da

2 Foge ao escopo desse trabalho falar de outros autores importantes, como Andrew Linklater e John Ruggie, por exemplo. Primeiro porque o objetivo do trabalho não é uma discussão exaustiva acerca da teoria crítica, segundo pelo fato de esses autores se afastarem da tradição marxista em aspectos cruciais.

globalização”, acelerando, de forma desigual e diferenciada, um processo que é inerente à constituição do capitalismo (Fernandes, 1998).

Recentemente, Vigevani et al (2011) reafirmaram que a tradição marxista “mostra-se eficiente para a análise do sistema capitalista mundial e da ordem política internacional”, pois se trata de uma abordagem integradora e histórica que favorece o desvendamento da natureza de conceitos como soberania, anarquia, dominação, hegemonia e assimetria (2011, p.139). Cabe mencionar a interessante iniciativa de promover o debate teórico através do livro *Clássicos das relações internacionais* (Medeiros et al., 2011), que conta com apenas um capítulo dedicado ao trabalho crítico-marxista de Robert Cox, escrito por Marcos Costa Lima.

Embora os livros de introdução e/ou teoria das RI não tenham por objetivo ser o centro do debate acadêmico, até pelas necessárias generalizações, eles são representativos da agenda, das concepções e dos autores predominantes na área de conhecimento. Nos mais influentes materiais introdutórios editados por autores brasileiros, por exemplo, há uma abordagem das teorias críticas a partir de pensadores clássicos, bem como por outras correntes neomarxistas, como a teoria da dependência, do sistema-mundo e/ou da Escola de Frankfurt. Além disso, é claro que há um espaço destacado aos autores contemporâneos da área que utilizam a contribuição crítico-marxista – tais como os citados Robert Cox, Andrew Linklater e Fred Halliday (Pecequilo, 2004; Nogueira; Messari, 2005; Sarfati, 2005; Jatobá, 2013). Inclusive alguns trabalhos consideram que Foucault e Jacques Derrida são “nexos de diálogo e reforço” do ideal da escola crítica (Castro, 2012, p.379). Outros importantes livros estrangeiros introdutórios às RI editados no país não fogem muito à regra. Contudo, cabe destacar que no livro de Jackson e Sorensen, autores reconhecidos internacionalmente por estimular a inovação na área, o pensamento crítico-marxista não ocupa um lugar de grande destaque como corrente teórica, mas apenas como uma abordagem dentro da discussão da economia política internacional (Jackson; Sorensen, 2007). O extenso trabalho de Dougherty e Pfaltzgraff também confere ao marxismo apenas um lugar no debate da economia política, sem dar relevo a este enfoque nos inúmeros outros temas tratados pelos autores (Dougherty; Pfaltzgraff, 2003).

Além da incipiente publicação de artigos com este propósito, há algumas poucas – e importantes – iniciativas no sentido da edição de livros voltados ao debate teórico crítico-marxista nas RI. São os casos de *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, de Stephen Gill (2007), editado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e de *Repensando as relações internacionais*, de Fred Halliday (1999), editado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todavia, considerando a já expressiva quantidade de coleções de RI em inúmeras editoras (Vozes, Saraiva, Juruá, EdUFRGS, Funag etc.) e de livros publicados na área, realmente os enfoques crítico-marxistas ainda não são representativos do debate acadêmico na área.

De forma geral, a abordagem marxista foi desconsiderada em temas relevantes da área de RI, tais como a causa das guerras, o papel das classes, o caráter da ideologia e a internacionalização dos mercados, só para ficar nos temas aos quais seus conceitos possuem importantes instrumentos analíticos. Parte da explicação deve-se ao fato de que as prioridades da área têm sido aquelas das elites e dos Estados, redundando em cientificismo, formalismos a-históricos e na agenda do *status quo*. Entretanto, o marxismo, ou o paradigma materialista histórico, como trata Halliday, tem potencial por ser uma teoria geral abrangente capaz de lidar com todos os campos da ação social. Há, pois, quatro grandes temas que estruturam tal paradigma: a importância das formas de produção e da organização da sociedade, já que nenhum Estado, nenhum conflito, nenhuma crença, nenhum poder existem sem elas; a centralidade da análise histórica, a busca da origem, dos condicionantes, das tendências e dos contextos; a ênfase dada às classes sociais, buscando a natureza dos conflitos entre grupos de posição social diferente ou igual, dentro e fora dos Estados; e a relevância dos conflitos (e suas variantes, a revolução e a guerra) na compreensão da disputa pela riqueza e poder que estão na base da anarquia, não apenas do sistema interestatal, mas do mercado capitalista (Halliday, 1999, p.31-35; 73-81).

A versatilidade e a capacidade analítica permitem à abordagem crítico-marxista ultrapassar as grandes polêmicas que varreram a disciplina ao longo deste século. Como destaca Halliday (apud Fernandes, 1998, p.222),

é simultaneamente “utópico” (ao formular um projeto alternativo de emancipação social) e “realista” (ao enfatizar os interesses materiais que comandam a ação humana e o papel desempenhado pela força na história); “científico” (ao pretender descobrir leis do desenvolvimento social) e “normativo” (ao destacar explicitamente a vocação transformadora da sua filosofia); “mundial sistêmico” (ao realçar a integração do globo em um único mercado mundial) e “Estado-cêntrico” (ao reconhecer, teórica e politicamente, a centralidade do poder de Estado para o exercício da dominação no plano doméstico e internacional).

Apesar da possibilidade de reconhecer a relevância da abordagem crítico-marxista, persiste sua inexpressividade na produção de pesquisa na área de RI, em especial no Brasil. Em trabalhos acadêmicos especializados, em disciplinas pelas principais faculdades do país e nos livros introdutórios de relações internacionais, chama a atenção a não utilização da contribuição de Domenico Losurdo. Mesmo que este não seja especificamente um autor da área, sua agenda de pesquisa dialoga com a discussão teórica em temas internacionais de relevância.³

3 A contribuição de Domenico Losurdo tem sido extensa, com 27 livros e 197 artigos publicados e traduzidos em 15 idiomas. No Brasil, por exemplo, seu primeiro artigo saiu em 1996 e seu primeiro livro, em 1998, este intitulado *Hegel, Marx e a tradição liberal*. De lá para cá, já são 11 livros e 18 artigos publicados no país.

Entretanto, sua obra torna-se relevante, sobretudo, pela originalidade da perspectiva e pela profundidade que enfrentam seus temas de pesquisa. O imperativo de incorporar sua contribuição ao debate crítico nas RI deve-se também à contribuição no campo teórico-metodológico. Nesse aspecto, a contribuição de Losurdo é particularmente importante para a produção acadêmica crítica, pois o autor: 1) prioriza o acesso aos autores originais objeto da reflexão e análise; 2) tece a crítica evitando construir sua análise sobre autores que estão no mesmo campo analítico, mas, frequentemente, citando autores “insuspeitos”; 3) constrói o debate teórico em confronto permanente com as experiências históricas, utilizando-se, pois, da comparação e fugindo às análises teóricas que se encerram em si; e 4) faz, com efeito, uma acurada crítica entre discursos e seus desdobramentos práticos. Em suma, cabe perpassar parte da obra do autor italiano nas próximas seções para dar substância ao argumento central proposto neste artigo.

Liberalismo: entre o discurso e a prática

Numa primeira aproximação a partir dos principais livros de teoria das RI, o liberalismo, em suas múltiplas variações, é apresentado de forma acrítica, como sinônimo de corrente teórico-política voltada à construção da paz, da democracia e da cooperação internacional, cujo desdobramento é o respeito a valores universais, à moralidade jusnaturalista, às medidas construtoras de confiança (*confidence-building measures*) e demais ações voltadas à diminuição do potencial conflitivo interestatal (Castro, 2012, p.336-60).⁴ Ironicamente, esses conceitos convivem de forma não problemática com o de livre-concorrência, *self made man*, individualismo etc.

Quando são desferidas críticas ao pensamento liberal no âmbito das RI, elas vêm, predominantemente, do pensamento realista. Na origem, com Edward Carr (2002), quando este enfatiza a centralidade do Estado e a política de poder das potências, ou Hans Morgenthau (2003), ao definir seus princípios do realismo político e/ou ao formular conceitos como “interesse nacional” e “balança de poder”. Da mesma forma, Kenneth Waltz (1979) critica a ênfase dada pelo liberal-institucionalismo aos temas econômicos, aos fluxos transnacionais e aos regimes internacionais. Ele reforçava o predomínio do Estado como ator principal e a preponderância da segurança e do uso da força sobre a economia e os atores privados (Waltz, 1979). Nesse caso, não são colocados em questão os fundamentos e a natureza do liberalismo, mas sim as limitações explicativas do liberal-institucionalismo no âmbito das relações internacionais.

A resposta de Keohane, expoente do pensamento liberal-institucionalista, reafirma que o sistema internacional havia se tornado menos anárquico, em razão do incremento das instituições internacionais. Todavia, esses autores assimilam

4 Há um outro trabalho sendo elaborado pelo autor cujo objetivo é discutir o pensamento liberal em relações internacionais à luz da obra de Domenico Losurdo.

parte da crítica (neo)realista, na medida em que voltam a atribuir ao Estado, enquanto ator racional, o centro analítico (Keohane, 1984). Outros autores preferiram manter uma análise mais entusiasmada, numa linha de continuidade da paz perpétua kantiana, passando por Michael Doyle e a sua tese de que países democráticos tendem a não entrar em guerra entre si (Doyle, 1983) e culminando no triunfalista fim da história de Fukuyama (1992).

O objetivo deste artigo, contudo, não é adentar na evolução do pensamento de matriz liberal nas RI, também conhecido como idealismo e/ou institucionalismo, inclusive porque este debate está bem pontuado em obras já clássicas da área, como aquela que expressa o debate neorealismo e neoliberalismo (Baldwin, 1993). O que está em questão é justamente demonstrar que a crítica tecida por Losurdo ao liberalismo é crucial para este campo do saber, pois difere e, cabe afirmar, ultrapassa aquela feita pelo realismo no âmbito das RI. Trata-se, portanto, de uma crítica que se dá pela busca da genealogia do pensamento e das contradições políticas oriundas da matriz liberal. Nos livros *Hegel, Marx e a tradição liberal* (1998), *Democracia ou bonapartismo* (2004) e *Contra-história do liberalismo* (2006b), o autor italiano percorreu os clássicos do pensamento liberal e colocou em xeque seus fundamentos. Segundo ele, a tradição liberal historicamente recorreu a práticas que se baseavam em discriminações censitárias e racialização dos excluídos. Como demonstra Losurdo, tanto em autores clássicos, como Locke, Constant, Burke, Sieyès, Tocqueville, Stuart Mill e *The Federalist*, quanto em outros mais contemporâneos, como Mises e Hayek, o pensamento liberal reagiu ao sufrágio universal e ao sistema eleitoral proporcional. E, ao contrário, três dos grandes momentos da conquista do sufrágio universal deram-se em datas estranhas ao liberalismo: 10 de agosto de 1792,⁵ Revolução de Fevereiro de 1848 e agitações revolucionárias na Rússia de 1917 (Losurdo, 2004, p.56).

Não só há uma resistência ao sufrágio como há manifestações claras de defesa do poder discricionário, do estado de exceção e do despotismo contra as massas e a propriedade, nos mais variados autores como Locke e Tocqueville (Losurdo, 2004, p.79-80; 109). E na periferia colonial, não raro há a defesa enfática da exportação do conflito, da imposição do trabalho semisservil e do sacrifício das populações subjugadas, por autores igualmente representativos da tradição liberal. No caso dos EUA, a política internacional converte-se em “missão imperial”, com contornos morais e religiosos, voltada a impor seus interesses em qualquer canto. Ou seja, um bonapartismo *soft*, centrado num líder, com investidura popular de tipo plebiscitário e capaz de estender seus poderes até o estado de exceção se for para levar adiante as ideologias da guerra e do império da liberdade (Losurdo, 2004, p.300). Ao percorrer a formação dos EUA percebe-se, sem muito esforço,

5 A Jornada de 10 de agosto de 1792 representou o fim da monarquia francesa durante a Revolução Francesa, ocorrida entre 05 de maio de 1789 (Queda da Bastilha) e 09 de novembro de 1799 (golpe de Estado de Napoleão Bonaparte, o 18 de Brumário).

que ilegalidades e outros atos ilícitos e criminosos vão da espionagem à limitação de direitos civis, dos eventos de Watergate aos atentados de 11 de setembro, incluindo sua notória base de Guantânamo (Bandeira, 2005, p.336).

Mesmo quando o discurso liberal está imerso em valores democráticos, como se costuma atribuir, por exemplo, à gestão do célebre presidente W. Wilson (1913-21), nunca é demais lembrar que a prática acaba ficando distante: foi este um presidente que realizou inúmeras intervenções na América Latina, com destaque para Nicarágua, Haiti e República Dominicana (Moura, 1991, p.22-3). Enfim, a tradição do idealismo wilsoniano está mais no discurso do que na *realpolitik* que orientou sua prática como homem de Estado. Como destacaremos mais à frente, a separação teórica entre liberalismo e realismo está mais no debate acadêmico do que na prática das grandes potências (Grã-Bretanha e EUA),⁶ o discurso liberal é ferramenta fundamental para viabilizar a política de poder realista.

Domenico Losurdo percorre vastamente o pensamento liberal na obra *Contra-história do liberalismo* (2006b) para demonstrar que este não é, definitivamente, aquele que situa em seu centro a liberdade do indivíduo; pior, o liberalismo e a escravidão racial compõem um “singular parto gêmeo”. Na origem, a ascensão dos dois países liberais (Grã-Bretanha e EUA) coincidiu não somente com o tráfico de escravos, mas também com a desapropriação sistemática e/ou aniquilação de irlandeses e índios. Após a Revolução Gloriosa, na metade do século XVIII, a Grã-Bretanha possuía o maior número de escravos, seguida de sua semicolônia (Portugal). Depois da abolição da escravidão, persiste a ulterior degradação do negro “livre” nos EUA, a servidão dos brancos na Europa, a exploração de *coolies* chineses e indianos e a dominação de povos coloniais. É aquilo que pensadores estadunidenses chamavam de *herrenvolk democracy* ou “democracia para o povo dos senhores” (Losurdo, 2006b, p.47; 119).

Não por acaso, a legislação segregacionista da África do Sul e o Estado racial nazista possuem suas origens conceituais na *white supremacy* gestada nos EUA. O *Far West* contra os peles-vermelhas e a segregação dos negros não são contraditórios com a denúncia liberal da *miscegenation* nos EUA, mas são parte constitutiva da “liberdade americana”; um sustentou o outro. Não por acaso, durante 32 dos 36 primeiros anos da república norte-americana, os detentores da presidência eram proprietários de escravos; e justamente são, não por coincidência, os mesmos que redigem a Declaração da Independência e a Constituição. Pela mesma razão, missão imperial e liberalismo foram pares essenciais da política externa norte-americana (Losurdo, 2006c, p.148). Não por acaso, a tradição liberal opôs-se ao radicalismo (jacobino ou abolicionista-independentista) e ao socialismo, pensamento universalista que deságua no reconhecimento de todo indivíduo, independentemente do patrimônio, do sexo ou da raça, como sujeito dotado da mesma dignidade humana e de direitos inalienáveis. Não poderia ser

⁶ Esta problemática será, em breve, tema de outro artigo do autor.

mais ilustrativa a declaração de Hayek para quem 1870 marca o declínio da doutrina liberal (Losurdo, 2006b, p.163, 217, 227); tampouco que o renascimento do liberalismo nos anos 1970 esteja diretamente associado ao desmonte do Estado de bem-estar social e de suas práticas universalistas.

A contribuição de Losurdo ao debate acerca da tradição liberal vai mais longe. Ele estabelece uma comparação entre o pensamento liberal e as contribuições tanto de Hegel quanto de Marx para discutir conceitos importantes, tais como contratualismo, jusnaturalismo, liberdade etc. Ele toma de Hegel a crítica ao contratualismo, pois bens universais e inalienáveis não derivam de contrato e, por isso, não devem ser objeto de compra e venda. O contrato encontra limites no próprio direito privado, já que, para Hegel, quando este sanciona restrições à liberdade, como a escravidão, torna-se uma nulidade. Mas é o nascimento do mundo moderno (e de seu Estado) que representará a progressiva separação entre a esfera do direito público e a esfera do direito privado e, por consequência, a restrição do âmbito de aplicação do instituto do contrato liberal. Isto é, o Estado moderno está mais próximo da teoria hegeliana do que do contratualismo protoburguês: no primeiro caso, o Estado tem um mínimo de transcendência sobre os interesses contrastantes e coloca-se como órgão de mediação, no segundo, consagra-se como monopólio político dos proprietários (Losurdo, 1998, p.100-104).

No mesmo sentido, Losurdo utiliza-se da crítica hegeliana para destacar que a liberdade não deve ser apenas formal, mas substancial. Na verdade, Hegel destaca que o ordenamento jurídico e social tem de garantir os direitos subjetivos (materiais). Por isso que tanto Hegel quanto Marx percebem o nexos entre liberdade e igualdade, ao considerar que a extrema necessidade não permite a realização da liberdade. Daí a insensatez em falar de “direitos naturais” e liberdade, pois estes não são dados da natureza, mas resultado do progresso, da luta complexa e contraditória do homem para edificar o mundo (Losurdo, 1998, p.93, 139, 184).

Segundo ele, o liberalismo, no início,

expressa a autoconsciência de uma classe de proprietários de escravos ou de servos que vai se formando enquanto o sistema capitalista começa a emergir e a se afirmar graças também àquelas práticas impiedosas de expropriação e opressão, postas em marcha na metrópole e acima de tudo nas colônias e descritas por Marx como “acumulação capitalista originária”. Contra o despotismo monárquico e o poder central essa classe reivindica o autogoverno e o gozo tranquilo da sua propriedade (inclusive a de escravos e servos) tudo em nome do governo da lei, da *rule of law*. Podemos então dizer que o liberalismo é a tradição de pensamento que com maior rigor circunscreveu um restrito espaço sagrado no âmbito do qual vigoram as regras da limitação do poder; é uma tradição de pensamento caracterizada, mais do que pela celebração da liberdade ou do indivíduo, pela celebração daquela comunidade dos indivíduos livres que define o espaço sagrado. (Losurdo, 2006b, p.323)

Em resumo, Losurdo conclui que a tradição liberal fala com frieza e/ou hostilidade da democracia. O liberalismo é, na prática, a defesa do “espaço sagrado” dos livres e proprietários contra o “espaço profano” dos grupos sociais subalternos, utilizando-se dos meios políticos e econômicos, da lei e da força para sustentar sua posição social. Na verdade, a emancipação político-social ocorreu por meio de convulsões violentas, de forma não linear e como impulsos externos ao mundo liberal, isto é, foi a ascensão das camadas populares e a descolonização que forçaram o mundo liberal a transformar-se. Entretanto, o que persiste é a transfiguração hagiográfica do liberalismo, exposto como “religião da liberdade”. Resumindo, o liberalismo soube apresentar flexibilidade, aprendendo e se apropriando de parte das práticas e do discurso de seus antagonistas (Losurdo, 2006b, p.357-60). Essa capacidade de mobilizar discursos fez dele uma ideologia bastante eficaz.

Em estudo com ampla base empírica, o economista sul-coreano Ha-joon Chang afirma que todos os atuais países desenvolvidos utilizaram-se das mais variadas políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT) para promover a indústria nascente durante o período de *catch-up*; contudo, são impostas aos países periféricos restrições à adoção de políticas governamentais combinadas de proteção, subsídios e regulamentação, num nítido discurso liberal voltado a “chutar a escada” (Chang, 2004, 2009). Ou seja, como reação neoconservadora voltada a retirar direitos em nome da competitividade e/ou do combate aos déficits públicos.

Portanto, a questão-chave é compreender o liberalismo para além das considerações que permeiam o debate neo-neo. Isto é, não basta apresentar as eventuais fragilidades do paradigma liberal centrado nas questões de governança, instituições, interdependência, cooperação e regimes internacionais. Aliás, a riqueza da crítica de Losurdo reside em identificar essa matriz de pensamento como a auto-consciência dos grupos dominantes, mas também como sua ferramenta acadêmica, seu discurso político e sua ideologia legitimadora. Ou seja, o paradoxal é que, no âmbito da política das grandes potências, o liberalismo e o realismo compõem estratégias diferentes e complementares de projeção e manutenção de suas estruturas de poder, combinando os discursos em favor das instituições internacionais, da abertura de mercados e dos direitos humanos com as políticas de expansão de capacidades militares, desestabilização de governos e intervenções militares. Ou seja, enquanto o debate neo-neo consome parte da academia em disputas acerca dos paradigmas interpretativos da área, o fato é que essas perspectivas são inócuas para questionar a agenda dessas potências ocidentais. Suas abordagens, embora aparentemente divergentes em termos acadêmicos, são complementares como discurso e estratégia políticos que reproduzem o *status quo*. Esse é o ponto central que recoloca a necessidade de estudos crítico-marxistas no campo das RI.

O imperialismo e a política internacional dos países liberais

O autor italiano também tem dedicado parte de sua obra à crítica tanto do imperialismo quanto do debate político-filosófico nos séculos XIX e XX. No

primeiro caso, Losurdo dedicou uma obra importante ao que denominou de “linguagem do império” ou “léxico da ideologia estadunidense” (Losurdo, 2010b). No segundo, dedicou obras a personalidades importantes como Nietzsche (Losurdo, 2009), bem como a temas relevantes que colocam em evidência a vida e a obra de figuras como Gandhi, Luther King, entre outros (Losurdo, 2012b). Em essência, trata-se de investigar como as correntes de pensamento convertem-se em práticas políticas em âmbito internacional, em especial nos países dominantes que são berço e promotores de práticas liberais.

No livro *A linguagem do império*, Losurdo trabalhou as categorias que são utilizadas como “léxico da ideologia estadunidense”. A utilização unilateral e distorcida de categorias, difundidas pelo controle da mídia, compõe a base do discurso imperialista dos EUA, complementando seu gigantesco aparato militar. Ou seja, há uma excomunhão daqueles que resistem ao império como responsáveis ou cúmplices do “terrorismo”, “fundamentalismo”, “antiamericanismo”, “pró-islamismo”, “ódio contra o Ocidente” e “antisemitismo” (Losurdo, 2010b). São discursos maniqueístas, polissêmicos e ideológicos que se apresentam como universais para legitimar a supremacia de determinadas estruturas de poder.

O conceito de terrorismo, por exemplo, tornou-se instrumento para desencadear a “guerra ao terror”, mas ao mesmo tempo para esconder a desumanização dos presídios de Guantânamo e Abu Ghraib e o massacre contra populações civis iraquianas e afegãs. Quando a prática desumana está associada a quem produz o discurso, naturalmente esta não aparece como “terror”. Foram os casos do uso de violência arbitrária promovida por serviços secretos (CIA) e esquadrões de mortes, por transformação de sociedades em reféns através de embargos, por destruições militares sistemáticas (Dresden, Hiroshima e Nagasaki), entre outras. Ao mesmo tempo, simplifica-se a luta desesperada de quem não possui outros meios, como frequentemente é o caso dos palestinos, como ato de terror (Losurdo, 2010b, p.43). No caso do fundamentalismo, o termo que apareceu, primeiro como autodesignação orgulhosa no coração do Ocidente (EUA), tornou-se categoria-chave para relacioná-lo aos “bárbaros” e “pré-modernos”. De um lado, a tradição política dos EUA legitima sua expansão imperial em nome do combate ao terrorismo fundamentalista utilizando-se de um discurso religioso e dogmático, numa simbiose entre missão imperial e fundamentalismo cristão. De outro, costuma-se dissociar o Ocidente da histórica oposição aos regimes laicos modernizantes (Mosaddegh, Nasser, Arafat, Gaddafi, Saddam, Assad) e do sistemático apoio a grupos integristas (talibãs e petromonarquias retrógradas do Golfo Pérsico) – ou que a própria “guerra santa do islã apresenta-se como a resposta à guerra santa do Ocidente” (Losurdo, 2010b, p.63-96).

Da mesma forma, os conceitos de antiamericanismo, antisemitismo e antissionismo são mais complexos e difusos do que aparentam. Como exemplo, o autor chama a atenção para o fato de que, de um lado, o marxismo (Marx, Engels, Lenin, Gramsci etc.) possuía notável simpatia pelos avanços produtivos e

institucionais do Ocidente e, de outro, os fundamentos do nazismo têm suas bases na *white supremacy* norte-americana. O Estado racial alemão criou suas bases conceituais e visualizou suas experiências na história dos EUA, isso reconhecido pelos próprios teóricos do nazismo, tais como Himmler. A complexidade e as reviravoltas não são muito diferentes no que se refere a questões religiosas e raciais: as tensas relações judaico-cristãs sofreram a metamorfose capaz de dissociar povos semitas (árabes e judeus), “branquear e ocidentalizar” judeus e converter árabes em povos “negros”. Como afirma Losurdo (2010b, p.215), “no banco dos réus Alá toma o lugar de Javé” e a elite (e a sociedade) israelense reproduz o racismo colonial de que antes fora vítima, isto é, aniquila os palestinos com deportação, expropriação e segregação. Por fim, esse debate conceitual é coroado com a crítica ao suposto ódio contra o Ocidente. Além das fraquezas no próprio conceito de Ocidente, dada as fronteiras mutantes e incertas ao longo da história, a definição não é real nem necessária, pois revela uma pretensão de afirmar uma primazia que, na atualidade, visa dividir o mundo em duas esferas: de um lado, bárbaros, terroristas, fundamentalistas, negroides/pardos, autoritários e/ou islâmicos e, de outro, civilizados, modernos, democráticos, judaico-cristãos etc.

A celebração do “universalismo” ocidental anda de mãos dadas com a autopromoção do ideal da “não violência”. Na condição de portadores da consciência moral da humanidade, Estados ocidentais acham-se autorizados a desencadear desestabilizações de governos, promover golpes (“revoluções coloridas”) e/ou intervenções, mesmo que por vezes revestindo-as com os instrumentos políticos das “intervenções humanitárias”.⁷ Não por coincidência promove-se uma operação ideológica: a santificação de Gandhi, elevando-o à condição de apóstolo e mártir da não violência, o mesmo que recrutou para a Segunda Guerra a favor da metrópole; a neutralização de Martin Luther King, levando ao esquecimento sua crítica ao racismo nos EUA e sua oposição à Guerra do Vietnã; e o esquecimento dos revolucionários como Lenin que condenam a guerra e saúdam a fraternização nas trincheiras (Losurdo, 2012b, p.214; 277). Em suma, o autor está demonstrando os nexos existentes entre imperialismo e liberalismo; ou de como o “universalismo” exaltado converte-se facilmente em etnocentrismo. E é nesse sentido que reside a importância da tese da autodeterminação de Lenin, pois levar em conta culturas, identidades e interesses nacionais diversos e contrastantes são essenciais inclusive ao movimento socialista, senão o internacionalismo também se converte em universalismo imperial (Losurdo, 2006c, p.61; 78-86).

E aqui voltamos a trazer a reflexão crítica para o debate teórico em relações internacionais. Assim, diferente do que tem sido regra na área, não se pode dissociar o discurso liberal da política de poder realista das grandes potências ocidentais, sobretudo aquelas que envergaram a tradição liberal e dominaram os séculos XIX

7 Como foi o caso do uso político da “Responsabilidade de Proteger” para depor o presidente líbio e perpetrar uma intervenção aberta nesse país magrebino (Pautasso; Azeredo, 2011).

e XX (Grã-Bretanha e EUA). No século XIX, o epicentro do poder liberal se opôs às independências da América Latina, sobretudo quando marcadas por perfil mais autonomista, como aquelas lideradas por ex-escravos de Santo Domingo e do Haiti, enquanto, meio século depois, conduziram as políticas neocoloniais na África e na Ásia. Durante a Guerra Fria, os defensores do “mundo livre” se opuseram a todas as lutas de libertação nacional (Coreia, Indonésia, Vietnã etc.) e patrocinaram ditaduras na periferia do sistema, derrubando regimes nacionalistas e/ou democrático-populares (Vargas, Jango, Arbenz, Allende etc.). Nos anos 1990, envergando o discurso da promoção da democracia, dos direitos humanos e do livre-mercado, desestabilizaram e empobreceram países latino-americanos; e agora se opõe frontalmente a governos populares como os de Chávez/Maduro na Venezuela, Evo na Bolívia, Kirchner na Argentina e Lula/Dilma no Brasil. Paralelo a isso, deve-se ressaltar as recorrentes intervenções no Afeganistão, Iraque e Líbia, todas resultando em desestabilização política, tendência à fragmentação territorial e ampliação da dependência econômica.

Quer dizer, buscar a natureza dos conflitos e contradições no seio dos Estados e das forças políticas que envergam a bandeira do liberalismo é, sim, um ponto crucial para fazer avançar a área de relações internacionais, pelo menos nas abordagens críticas. É preciso identificar os nexos existentes entre as forças sociais e políticas que conduziram a consolidação e a expansão do capitalismo a partir da Europa, a produção acadêmico-política liberal, as rivalidades interimperialistas resultantes no neocolonialismo e nas guerras mundiais e, por fim, nas intervenções diplomático-militares e na imposição de ajustes neoliberais no Pós-Guerra Fria. O liberalismo, em essência, não é um corpo teórico destituído de forças políticas e de consequências objetivas. E é nisso que a contribuição de Losurdo mostra-se essencial, pois, além de colocar em xeque concepções dominantes, lança-se a problematizar as experiências dos grupos sociais voltados a construir alternativas. É sobre isso que vamos abordar na próxima seção.

Balço da experiência e do pensamento socialista

São muitas as interpretações acerca da trajetória do socialismo real, assim como são grandes suas limitações, conforme amplamente resenhado por Fernandes (2000). E é justamente nessa área que o pensamento de Domenico Losurdo talvez se mostre mais fecundo e importante para o pensamento crítico-marxista, pois trata, de um lado, dos pensadores clássicos desse campo teórico e, de outro, das experiências socialistas, notadamente na URSS e na China. O balanço das experiências e do pensamento socialista apresentado pelo autor italiano combina uma abordagem crítica com análise histórica e comparada.

No que se refere aos clássicos do marxismo, Losurdo dedicou uma obra à Gramsci, analisando sua evolução intelectual “do liberalismo ao comunismo crítico” (Losurdo, 2006a). É justamente essa criticidade que o distanciou do

“marxismo ocidental”, uma vez que este teria se tornado autoconsolatório e apartado da realidade. Segundo Losurdo, em vez de utilizar o distanciamento da realidade para aguçar a criticidade, o “marxismo ocidental” o utilizou para escapar às contradições e produzir uma visão messiânica. A consequência foi sua autodissolução na medida em que seus autores expressivos (Althusser, Adorno e Negri, por exemplo) manifestaram desprezo ou limitações na compreensão das questões essenciais relacionadas à libertação nacional e às experiências práticas do socialismo – refugiando-se na “teoria crítica” do marxismo “autêntico”. O resultado foi uma leitura que resumiu esses conflitos

como choques entre despotismo estalinista e espírito libertário, entre burocracia e massas, ou entre coerência revolucionária de um lado e oportunismo ou revisionismo de outro, ou ainda, de modo mais apressado, como demonstração do estranhamento substancial de ambas as partes em luta pelo “autêntico” socialismo e marxismo. (Losurdo, 2011, p.237)

Segundo Domenico Losurdo, em uma entrevista para o *Chinese Social Sciences Today* (2011), o amadurecimento do pensamento de Gramsci o teria levado a um caminho diametralmente oposto ao seu ponto de partida, ao proporcionar quatro grandes contribuições: 1) a utilização do conceito de “hegemonia” para entender a conquista e a conservação do poder político; 2) a consciência da complexidade intrínseca ao processo de construção do socialismo, inclusive ao reconhecer a relevância da Nova Política Econômica (NEP); 3) a crítica ao messianismo que supõe o desaparecimento total dos antagonismos de classe, do poder de Estado e político, das religiões, das nações, da divisão do trabalho, do mercado, de todas as fontes de conflito potenciais; 4) e a rejeição às análises que tratam os processos históricos como um tratado de “teratologia” (Losurdo, 2012a). Não só sobre o pensamento clássico marxista Losurdo se debruçou, mas também sobre as experiências socialistas. Em 1997, publicou um artigo na revista *Crítica Marxista*, com a qual colaborou diversas vezes, sobre o significado da Revolução de Outubro (Losurdo, 1997). Após inúmeros artigos, um balanço mais abrangente sobre as experiências socialistas transformaram-se no livro *Fuga da história?*, publicado em 2005 no Brasil. É um livro que escapa à nostalgia sem adentrar na vergonha; faz um balanço crítico das revoluções russa e chinesa sem resignar-se, aceitar a propaganda anticomunista e/ou voltar à Marx tratando-o como texto sagrado. É preciso compreender as experiências socialistas – notadamente a soviética – no quadro de guerra total e estado permanente de exceção (em um país atrasado nas esferas socioeconômica e político-institucional). São contradições que se somam à debilidade institucional que eliminou a mediação sociedade e Estado, por meio da ligação direta com o líder carismático, e/ou atrofiou a relação partido/Estado; ao “internacionalismo” abstrato e agressivo que subestimou a questão nacional;

à visão escatológica e messiânica acerca da extinção do Estado⁸ e dos conflitos sociais; entre outras questões. Nesse sentido, Losurdo resgata Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping para discutir a trajetória chinesa pós-1949 argumentando ser esta uma experiência permeada pela aprendizagem, pela relevância da emancipação nacional e social que justifica uma “NEP gigantesca e inédita” que está à procura de sua forma político-econômica, cujo processo será de longa duração e permeado de contradições (Losurdo, 2005a).

Ou seja, Losurdo analisa a construção do socialismo de forma crítica, porém sem resumir, por exemplo, a complexa experiência chinesa a uma simples “restauração capitalista”, aliás, como feito por autores como Slavoj Žižek e David Harvey. Žižek resume a China a uma violenta ditadura estatal “prestes a explodir”, que expropria e disciplina os trabalhadores, repetindo o capitalismo europeu do século XIX (Žižek, 2012, p.84-6; 330). Harvey, na mesma linha, argumenta que a China representa um “neoliberalismo com características chinesas”, com a “superexploração da força de trabalho” e a “restauração do poder de classe capitalista” (Harvey, 2008, p.133; 160). Ao responder a uma crítica semelhante de Leandro Konder sobre a “restauração capitalista” na China, Losurdo destaca que os milhões de operários e camponeses que fazem parte do Partido Comunista não são meros cúmplices ou vítimas; trata-se dos protagonistas de uma das maiores revoluções da história que insiste na centralidade do desenvolvimento das forças produtivas, numa clara continuidade às teses sustentadas no *Manifesto comunista*, por Lenin com a NEP e, inclusive, por Mao. O líder chinês em 1947 já declarava que a China deveria “consentir por um longo período a existência de um setor capitalista da economia” (Losurdo, 2005b, p.157). Não por acaso, deve-se sublinhar outros elementos que representam a continuidade dessa concepção: a bandeira da nova RPC simbolizou suas forças políticas, ao incluir a burguesia produtiva em uma das estrelas; as reformas de Deng com as noções de “socialismo de mercado” e de “um país, dois sistemas”; ou mesmo as “três representações” de Zemin voltadas a ampliar a representatividade política no Partido Comunista Chinês (PCCh). Em suma, salvo em análises superficiais, sonega-se que mercado e planejamento são mecanismos cruciais, embora distintos, para o desenvolvimento e, ressalte-se, não só ao socialismo chinês.

Um balanço da principal experiência socialista, a URSS, não ficaria completo sem uma leitura da trajetória de seu líder mais longo e polêmico, Josef Stalin. Não é nada fácil abordar um personagem cercado de mitos e imerso em lutas políticas, criticado, em grande medida, à direita pelo maniqueísmo da Guerra Fria e à esquerda pelas disputas políticas em seu interior. Nessa obra sobre o líder soviético, Losurdo (2010a, p.18) recorrerá a uma “comparação detalhada, sem

8 Losurdo destaca que não se trata de uma visão pouco entusiasmada acerca da construção de sociedade pós-capitalista, apenas a negação da posição religiosa que imagina a construção de uma sociedade sem conflito (2005, p.79).

perder de vista nem a história da Rússia no seu conjunto nem os países ocidentais comprometidos com a II Guerra dos Trinta Anos” e, o que é comum ao seu método, utilizando-se de inúmeros autores “insuspeitos”.

O autor começa problematizando o fundamento da crítica a Stalin, o Relatório Khrushchev (1956). Foi justamente este relatório que precipitou ao inferno quem, até o momento, possuía o *status* de grande liderança, inclusive diante de seus adversários. Como argumenta Losurdo, o que o relatório faz é justamente atribuir as catástrofes da URSS a um indivíduo “com sede de poder e possuído de uma paranoia sanguinária” (Losurdo, 2010a, p.45), abstraindo os próprios princípios analíticos do materialismo dialético, a abordagem histórica e não personalizada.

Ao mesmo tempo em que destaca as fragilidades e contradições do relatório, o autor não abre mão de fazer um balanço crítico de Stalin e da experiência soviética. Segundo ele, Stalin se defrontou com a visão messiânica de socialismo, aquela que conduziria à superação da luta de classes e, como efeito, do Estado, do mercado, da identidade nacional e, no limite, da família. E foi justamente o líder soviético que, não se sujeitando à crítica fácil a toda forma de poder, teve de dar respostas objetivas a tais desafios. E a edificação soviética deu-se em meio a uma aberta hostilidade internacional e em meio a “três guerras civis”: uma relacionada à revolução propriamente dita; outra à revolução pelo alto; e a última, ao recrudescimento das disputas entre os líderes bolcheviques (Losurdo, 2010a, p.55-62; 95-6).

De acordo com Losurdo, a experiência concentracionária do poder na URSS não se enquadra num regime totalitário, mas, antes, num estado de exceção e/ou numa ditadura desenvolvimentista. A repressão coexistiu com uma gigantesca modernização e mobilidade social, que se legitimaram diante da superação da condição de país feudal e miserável baseado no domínio czarista. Dessa forma, o autor italiano coloca em xeque a comparação do socialismo com o nazifascismo: enquanto o primeiro foi um projeto que, embora imerso em suas contradições, se assentou na origem comum dos seres humanos, o segundo foi um projeto de domínio racial e colonial. Losurdo ainda destaca que o silêncio sobre o terror e sobre o universo concentracionário, em âmbito doméstico e no exterior, em prejuízo dos povos de origem colonial, praticado por potências autointituladas liberais, permite escavar um (falso) abismo entre Ocidente livre e Estados “totalitários” (2010a, p.179-80).

Como chama a atenção Domenico Losurdo (2010a, p.118), é típico das revoluções radicais cultivar projetos ambiciosos e, por isso, deparar-se com o distanciamento da realidade existente; ou seja, cria-se o desafio de conferir conteúdo concreto às ideias entusiasmadas que mobilizaram o movimento em busca do poder, num contraditório processo de depuração das utopias abstratas que permeiam tais períodos históricos. Entretanto, não resta dúvida de que a “demonização e a hagiografia continuam a exercer na leitura do século XX” um papel decisivo sobre “a persistente fortuna de que goza o culto negativo dos heróis”

(Losurdo, 2010a, p.333), fazendo parte da luta político-ideológica que perpassa a ciência e as disputas políticas.

Em suma, não é possível abstrair a experiência do socialismo dos desafios de sua época. Nesse aspecto, é inegável que a experiência soviética enfrentou contradições em razão do cerco internacional, do prolongamento do estado de exceção e da desinformação reinante no ambiente da Guerra Fria. Contudo, isso não impediu a conversão de um Estado feudal numa superpotência, a vitória sobre a maior máquina de guerra de todos os tempos, a Alemanha nazista, e a contribuição decisiva para a descolonização e a luta popular em muitos países da periferia. Mais importante: se as contradições do capitalismo estão presentes, os desafios e as alternativas serão postos com base num acúmulo de lutas e experiências – e, por isso, mesmo que de forma crítica, naquelas trazidas pelo socialismo real.

Considerações finais

O marxismo ficou excluído dos quatro “grandes debates teóricos” da área de RI. Como destacamos, os principais pensadores críticos nesse campo concentraram seus esforços na construção teórica, buscando mostrar a relevância dessa contribuição para o estudo dos temas internacionais. Argumentamos, pois, que a contribuição de Domenico Losurdo reside na luz que lança sobre a história intelectual e política do liberalismo, tecendo comparações entre tradições conservadoras e revolucionárias; na reflexão sobre o poder contemporâneo e o imperialismo; e no balanço amplo e crítico sobre as experiências socialistas passadas e atuais. Em suma, o autor italiano interessa-se pela construção do mundo moderno, com seus conflitos e contradições, com suas concepções intelectuais e práticas políticas, utilizando-se de seu aporte crítico-marxista (histórico) e de uma leitura acurada de inúmeros autores centrais (originais e clássicos) para os debates que promove.

Isso, por si só, já seria razão suficiente para que fosse trabalhado em alto nível em pesquisas na área de RI. Entre as grandes contribuições de Losurdo para a área estaria buscar compreender como conceitos e discursos legitimam interesses internacionais, discutindo o poder, a ideologia e as formas de organização social em disputa. Ou seja, como havia destacado Halliday (1999, p.77), situar o conflito social e a luta de classes no centro do debate, não restrito à relação proletariado-burguesia, mas nas múltiplas formas que assume em diferentes contextos históricos, em nível internacional, nacional e local. Em outras palavras, as lutas sindicais, a xenofobia, as intervenções internacionais, a defesa da soberania e do desenvolvimento em países periféricos (questão nacional), por exemplo, são formas que assumem as disputas por poder e riqueza.

Portanto, o ordenamento internacional, as organizações internacionais e acordos diplomáticos devem ser analisados não apenas à luz de discursos, mas buscando descortinar as assimetrias e os jogos de poder em questão. Aí reside o imperativo de debater a obra do autor italiano. E as RI no Brasil não podem ficar à margem desse debate, por vezes oscilando entre a assimilação acrítica da pro-

dução acadêmica anglo-saxã ou a reprodução do discurso oficial do próprio país. Da mesma forma, o marxismo também pode se apropriar mais dos debates acerca da temática internacional. Por fim, pode-se considerar que a crítica à trajetória do liberalismo e do imperialismo são a base para a recuperação crítica da herança socialista, iluminando as forças progressistas para além de uma “teoria crítica” (esquerdista) despreocupada com a luta política e suas correlações de forças.

Referências bibliográficas

- BALDWIN, D. *Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University, 1993.
- BANDEIRA, L. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CARR, E. *Vinte anos de crise (1919-39)*. Brasília: UnB, 2002.
- CASTRO, T. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: Funag, 2012.
- CHANG, H.-J. *Maus samaritanos – o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- _____. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- COX, R. Gramsci, hegemonia e relações internacionais. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.101-24.
- _____. Social Forces, States and World Orders. In: KEOHANE, R. (Org.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986.
- DOUGHERTY, J.; PFALTZGRAFF, R. *Relações internacionais: teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- DOYLE, M. Kant, Liberal Legacies and Foreign Affairs. *Philosophy and Public Affairs*. v.12, n.3 e 4, 1983, p.205-35; p.325-53.
- FERNANDES, L. *O enigma do socialismo real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- _____. O manifesto comunista e o “elo perdido” do sistema internacional. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v.20, n.1, 1998, p.219-234.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.
- _____. *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- HALLIDAY, F. *100 Myths about the Middle East*. London: Saqi Books, 2005.
- _____. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- JACKSON, R.; SORENSEN, G. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- JATOBÁ, D. *Teoria das relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KEOHANE, R. *After Hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- LOSURDO, D. Uma entrevista com Domenico Losurdo no *Chinese Social Sciences Today*. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=2332>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

- LOSURDO, D. *A não violência: uma história fora do mito*. Rio de Janeiro: Revan, 2012b.
- _____. Como nasceu e como morreu o “marxismo ocidental”. In: *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v.16, n.30, 2011, p.213-242.
- _____. *Stalin. História crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010a.
- _____. *A linguagem do império*. São Paulo: Contraponto, 2010b.
- _____. *Nietzsche – o rebelde aristocrata*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- _____. *Antonio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006a.
- _____. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006b.
- _____. *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006c.
- _____. *Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.
- _____. Revolução chinesa, anti-imperialismo e a luta pelo socialismo hoje. Entrevista. *Crítica Marxista*, v.20, 2005b, p.151-59.
- _____. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Unesp, 2004.
- _____. *Hegel, Marx e a tradição liberal*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. O significado da Revolução de Outubro. *Crítica Marxista*. v.4, 1997, p.67-88.
- _____. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. *Educação e Sociedade*. v.17, n.57, especial, 1996, p.23-42.
- MEDEIROS, M. et al. *Clássicos das relações internacionais*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. Brasília: UnB, 2003.
- MOURA, G. *Estados Unidos e América Latina*. Rio de Janeiro: Contexto, 1991.
- NOGUEIRA, J.; MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PAUTASSO, D.; AZEREDO, R. Expansão dos Estados Unidos: o caso da Líbia. *Tensões Mundiais*. v.7, 2011, p.169-192.
- PECEQUILO, C. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SARFATI, G. *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- VIGEVANI, T. et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. *Lua Nova*. São Paulo, n.83, 2011, p.111-143.
- ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar que a obra de Domenico Losurdo pode fornecer uma importante contribuição ao debate das relações internacionais (RI), sobretudo às escolas de pensamento crítico. O argumento central é que tanto a originalidade de sua perspectiva crítica de temas ligados a assuntos internacionais quanto sua metodologia voltada aos textos originais e à abordagem histórica são cruciais para os estudos internacionais contemporâneos.

Palavras-chaves: teoria crítica; Domenico Losurdo; marxismo.

Abstract

Elements for a marxist theory of International Relations at Domenico Losurdo's work

The aim of this paper is to show that the work of Domenico Losurdo can provide an important contribution to the debate of International Relations (IR), mainly for schools of critical thought. The central argument is that both the originality of his critical perspective of issues related to international affairs, as its methodology oriented to the original texts and the historical approach are crucial to the contemporary international studies.

Keywords: critical theory; Domenico Losurdo; marxism.